

Mulher, Igreja e Educação Popular: a libertação de mulheres nas comunidades ribeirinhas do litoral sul paulista na primeira metade do século XX¹

Paula Simone Busko²

Resumo

Este artigo sobre Mulher, Igreja e Educação Popular, da década de 1930 até o início da década de 1950, dialoga acerca da origem cultural e religiosa dessas mulheres, de suas práticas e costumes, revelando comportamentos e os caminhos traçados por todos os participantes destas ações na busca de uma libertação.

Palavras-chave

Educação. Classe. Paulo Freire.

1. Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado sobre Mulher e Educação Popular.
2. Mestranda em Educação e Formação pela Universidade Católica de Santos. E-mail: paulabusko@gmail.com

Woman, church and popular education: the liberation of women in coastal communities of the south coast of São Paulo in the first half of the twentieth century*

Paula Simone Busko**

Abstract

This article about Women, Church and Popular Education, from the 30's until the early 50's, dialogues about the cultural and religious origin of these women, their practices and customs, revealing their behavior and the paths traced by all participants of these actions in a search for a release.

Keywords

Woman. Church. Popular Education.

* This article is part of a research in the master's degree about Woman and Popular Education.

** Candidate for a master's degree in Education and Formation at the Catholic University of Santos. E-mail: paulabusko@gmail.com.

Introdução

Este estudo exploratório discute, por meio dos movimentos de educação popular, impulsionados pela Igreja na primeira metade do século XX, a libertação da mulher do litoral sul paulista em seu meio social e dos caminhos traçados por tais movimentos para que esta mulher pudesse alcançar uma consciência de si mesma e de seu papel social.

Faz-se necessário explicitar a concepção dos trabalhos educativos deste movimento que objetivou a libertação desta mulher e sua inserção social, não somente da mulher educanda, mas também da mulher enquanto educadora que, na visão de DUSSEL (1995), nos remete a uma “filosofia da libertação”. Esta filosofia se situa, desde o início, dentro de um contexto da vida prática concreta, a partir do outro, num processo que passa do “não-ao-Outro” para o “sim-ao-Outro”, não como forma de simples aceitação do Outro, mas por meio da “consciência ética” na práxis libertadora.

Os estudos de Enrique Dussel viabilizam os caminhos para que se forme uma nova estética da libertação destas mulheres de quem falo, de forma intencional, a partir do que propõe a “filosofia da libertação”. Com muita responsabilidade e o respeito pela dignidade da mulher, antes de tudo como ser humano, novas formas de ensino, voltadas para um futuro não mais opressor e não sexista, conciliam-se com as novas formas de pensar e agir. Além disso, a própria Igreja Católica procurou redirecionar seu papel social e político em resposta a estas mulheres que, diante do analfabetismo que a pobreza lhe impôs, se exteriorizaram e buscaram uma maior participação social, a exemplo da ajuda por parte de teólogas feministas no século XX³.

Surge a questão: houve, realmente, na

relação face-a-face, educadora-educanda, uma práxis libertadora? Buscar e descobrir, por meio das hipóteses, os fatos e as relações que constituíram este processo libertador, é ter em mente que tais hipóteses estão relacionadas aos “mil conhecimentos externos”, ou seja, o pesquisador traz novos conhecimentos com os quais as fontes dialogam. Como isto pode ocorrer constantemente durante a pesquisa, as hipóteses, assim como a problemática poderiam sofrer mudanças: “A partir desse diálogo, o pesquisador formula ou reformula seus próprios conceitos, verifica que outros agentes ele deve abordar e, conseqüentemente, que registros buscar” (VIEIRA, 1989).

Em se tratando do estudo da memória coletiva, POLLAK (1992) enfatiza a importância da história oral para a recriação dos acontecimentos vividos pela coletividade, neste caso, como as mulheres constituíram-se neste processo de educação popular.

Mulher e Libertação

A verdadeira “libertação” que surgiu por meio da educação popular de mulher pela mulher, no período abordado nestas localidades, deu-se quando a educanda tomou consciência de seu papel (exterioridade) e quando a educadora, neste caso, facilitou esta abertura (alteridade), conforme Dussel (1995). A educadora, ao ouvir a palavra da educanda, interpretando-a adequadamente, deu a si própria o direito de se libertar de pré-conceitos estabelecidos por uma ética, possivelmente histórica, trazendo para ambas uma práxis libertadora. Aqui se consiste a ética, quando uma reconhece a outra como sua semelhante,

3. A Teologia Feminista é um ramo dentro da conhecida Teologia da Libertação. A aplicação dos princípios da libertação é direcionada para defender as mulheres desfavorecidas num ambiente predominantemente masculino.

havendo respeito mútuo e solidariedade.

Para Dussel (1995) e sob a ótica da Filosofia da Libertação, verdades impostas e absolutas, principalmente na transmissão de saberes, negam a natureza do “Outro”. Estabelecer uma relação “pessoa-a-pessoa” ou “face-a-face” não é somente agir com caridade, mas agir se reconhecendo no “Outro”, formando em seu conjunto uma ética comunitária.

Mulher e Memória Coletiva

Reconstituir a memória coletiva destas mulheres, a partir da história oral, é entender como esta memória é em verdade um fenômeno construído coletivamente, embora submetido a flutuações e mudanças (POLLAK, 1992). A história de vida destas mulheres narradas de forma factual, ou seja, de maneira não organizada, com alterações de datas e acontecimentos, denotam que tais relatos são característicos de um grupo social com um grau educacional muito baixo, com pouca experiência profissional ou política. De qualquer forma, de elevada importância para o estudo. Por meio de documentos, relatórios, cartas e entrevistas, estas histórias de vida se tornaram instrumentos privilegiados de avaliação, pois imprimiram as características culturais de um grupo e seu modelo de socialização.

Por meio das entrevistas e dos relatos que formam a memória deste grupo, percebeu-se como o movimento social que surgiu da Igreja, naquele momento, alterou o cotidiano destas mulheres, como se viam e como passaram a se reconhecer, como suas rotinas mudaram e, principalmente, como organizaram suas lembranças individualmente e coletivamente.

Embora nunca de maneira exata, estas lembranças deixaram transparecer os papéis de gênero desempenhados por estas mulheres e de como elas assumiram uma nova postura diante da família e do trabalho, sendo que algumas delas se tornaram líderes em suas

comunidades. Com o ensino que receberam por estes modelos de educação popular, as atividades no campo e os cuidados com a casa seriam realizadas de outra forma, com mais segurança, agilidade e de forma mais cuidadosa (trato com recém-nascidos, por exemplo).

Igreja e Educação Popular

Em se tratando da educação popular, Brandão (2006) aponta que ela nasce junto às primeiras formas de organização das pessoas, sendo parte de seus ritos sagrados, costumes e trabalhos. A educação popular organizada, no Brasil, ganha força e corpo a partir de 1950, mas sabe-se que, muito antes, ela já caminhava em pequenos núcleos comunitários, nos meios rurais, a exemplo das ações por parte da Igreja Católica.

Os estudos do passado sobre a relação entre mulher e religião apontam a cumplicidade da discriminação contra a mulher que parte da Igreja Católica e do pensamento social. A rearticulação da Igreja sobre seu papel na sociedade e a importância da força que tem no âmbito familiar trouxe um novo modelo de socialização nas famílias e procurou romper com o pensamento medieval de que a mulher deve aceitar todo tipo de violência, de sua condição de pobreza e de subordinação ao marido em nome do sofrimento e da cruz de Cristo.

Nas pequenas comunidades rurais do litoral sul paulista que participaram de movimentos de educação popular impulsionados pela Igreja Católica – Apiaí, Miracatu, Juquiá, Morro Agudo, Barra do Chapéu –, nada parecia acompanhar os movimentos do crescimento social nos meios urbanos, e suas mulheres mantinham seus modos de vida tais como aprenderam das gerações anteriores, somente adquirindo identidade social por meio do casamento e do reconhecimento masculino como mulher-mãe. Essa imagem doméstica da mulher, sem capacidade política de se autoguiar, cuidando apenas de seu lar, dos

animais domésticos e das plantações que trariam sua subsistência, contrastava-se com a mulher que se integrava nas fábricas nas cidades, esta mulher carente se opunha a uma nova mulher cidadã apta para a vida particular e pública.

O surgimento de movimentos populares na primeira metade do século XX e suas ações educativas fez com que a mulher refletisse sobre sua condição, mostrando “um novo olhar” sobre os valores inseridos na sociedade e, sobretudo, no campo da educação, pois que a escola formal desconsiderava a educação para pessoas carentes. Tais ações comunitárias de ordem religiosa justificaram-se, por si mesmas, espaços de consciência e de respeito por esta mulher, indispensáveis para o crescimento de suas práticas sociais, livres e criativas.

Um movimento de grande importância social e educativa para as mulheres ocorrido no litoral sul paulista surgiu em 1929, intitulado Assistência ao Litoral de Anchieta (ALA). Tal movimento proposto pela Igreja Católica trouxe à tona determinadas formas escolares e o papel social desempenhado pelas mulheres envolvidas neste processo educadora-educanda, enfatizando a importância da representação feminina em seu meio: “Lançava-se assim um apelo às santistas da classe média, para que se tornassem educadoras de outras mulheres. Implantava-se a educação da mulher pela mulher” (ROLIM, 1998). Este movimento surge em uma época em que o chamado “otimismo pedagógico” se instaura na sociedade brasileira (1930 a 1960). Embora tenha absorvido algumas ideias que permeavam aqueles anos, ideias que o governo de Getúlio Vargas propagava a respeito da educação, o ALA soube guardar sua independência e imprimir sua própria marca, com os valores religiosos que orientavam suas ações. Porém, embora o discurso do Estado promulgasse que a educação deveria atingir todas as localidades, não estaria este mesmo Estado interessado em que as pessoas destas comunidades não migrassem forçosamente

para os centros urbanos mais industrializados gerando uma mão-de-obra barata? Afinal, sem recurso e sem meios de se manter no meio rural, a única saída estaria na estrada que conduziria à cidade (ROLIM, 1998).

Nestas circunstâncias, a ALA articulou-se mais em face das necessidades dos habitantes locais do que pelas diretivas estaduais. O movimento procurou dar assistência às mulheres que, pela falta de aprendizado, tornaram-se, por exemplo, reféns de comerciantes dispostos a lhes tirar o pouco dinheiro que seus maridos ganhavam com a pesca local e a agricultura familiar. Dessa forma, as mais jovens eram trazidas para a cidade de Santos, e passavam por um estágio inicial de três meses na sede da ALA, situada no Colégio Stella Maris, na cidade de Santos, São Paulo. Algumas delas, ao retornarem às suas comunidades, tornavam-se pequenas líderes em seu meio, repassando os conhecimentos aos habitantes locais. Mais tarde, foram abertas algumas pequenas escolas espalhadas pelo litoral sul paulista, facilitando o acesso. Com o aprendizado das letras e dos números, certa independência e conscientização já seriam possíveis, a partir daí, ganhavam nova força para sobreviver àqueles tempos difíceis.

Neste despertar encontro consigo mesma, a mulher que conseguiu se libertar recriou seus caminhos. Nos desabaços, nas entrevistas, nas circulares religiosas e nas correspondências trocadas entre as educandas que retornavam para suas comunidades e as educadoras, novos valores inseriram-se na crítica a uma sociedade androcêntrica. Para a Igreja, que realizou estes movimentos de educação popular, a garantia de que houve o fortalecimento do direito da mulher a uma participação mais ativa na sociedade, surgiu de forma notável, além de ter ajudado as comunidades desta região e a própria Igreja a se desenvolverem mais humanamente, construindo um novo modelo de sociedade e de Igreja, baseado nos princípios de igualdade, justiça e fraternidade. Sem dúvida, um processo

libertador pautado pela teoria dusseliana.

Algumas considerações puderam ser observadas neste estudo: que na faixa litorânea da Baixada Santista, na década de 1930 até o início da década de 1950, distante dos centros comerciais, viviam mulheres em suas comunidades, muitas vezes subnutridas, convivendo com a doença e a falta de condições de se manterem financeiramente, numa insegurança permanente. Embora o Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, tenha sido dinamizado pelo chamado “ruralismo pedagógico”, em que o homem do campo conseguiria finalmente adquirir um nível de estudo, o Estado Novo não parece alcançar os locais mais afastados do litoral sul paulista, geograficamente distante da arena política do momento, principalmente das mudanças que ocorrem a partir de então no campo da educação com o movimento da Escola Nova.

Portanto, a Igreja teve uma participação ativa na educação dita “popular” destas mulheres, pois diante de vários movimentos sociais, neste campo, produziu novas formas escolares e enfatizou a importância da representação feminina no seu meio. Dentre os ensinamentos que estas mulheres recebiam estavam: o ensino das letras, educação moral e cívica, canto orfeônico, corte e costura, como se comportar em sociedade, educação sexual e preparo para o casamento; puericultura e tratamento de doenças; cuidados com a terra e criação de animais domésticos; o trato com os alimentos e o preparo adequado das refeições.

Por fim, a educação popular realizada desta forma, no espaço tratado e neste período, parece, por hora, comprovar que a mulher adquiriu uma maior autonomia e consciência de seu papel de gênero, participou mais ativamente do mundo e do trabalho, conquistou aos poucos seus direitos civis e de acesso à cultura, ou seja, ampliou seu espaço social, passando a confiar mais em si mesma e nas suas ações perante a família e a comunidade.

Pesquisa Histórica

As comunidades pesquisadas a partir de sua historiografia devem ser entendidas como experiência humana, de determinado grupo social. Estas experiências foram recuperadas com “um novo olhar”, no intuito de alimentar o presente e o futuro (LE GOFF apud VIEIRA, 1989). Fazia-se necessário conhecer os caminhos traçados pelas mulheres inseridas nestas comunidades para entender não somente o que foi representado por elas, mas por que fora representado daquela forma, como origem cultural e relações de poder, por exemplo.

Recebendo a interferência da Igreja Católica naquele período histórico, as mulheres organizaram-se em suas comunidades e passaram por um processo de disciplinarização que permeou toda a atividade social do grupo, desde as festividades até a família e o trabalho.

É correto afirmar que as mulheres modificaram o processo social na qual estavam inseridas (pressões determinantes), trazendo a importância da singularidade dos sujeitos nas práticas sociais. Vieira (1989) aponta que existem vários processos históricos que caminham simultaneamente, trazendo a história como um campo de possibilidades.

Neste caso em particular, enquanto nas cidades do litoral sul paulista predominavam as atividades terciárias, com destaque para o comércio e os transportes, e o interesse por indústrias como as voltadas para a alimentação e as têxteis, inclusive empregando centenas de mulheres, as comunidades rurais mais afastadas dos centros compunham uma história paralela, quebrando a noção de totalidade da história, de sentido único.

A história oral destas mulheres, a experiência narrada por meio das cartas entre as educadoras e as educandas, os relatos de pessoas das comunidades registrados em atas de reunião realizadas nas paróquias locais, as fotografias e as entrevistas realizadas naquela

época, evidenciaram que certos grupos por eles mesmos, conforme aponta Vieira sociais passaram por lutas, mas que também (1989): “[...] a história real é construída por participaram de relações sociais determinadas homens reais”.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 318)
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.
- _____. **História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)**. São Paulo: Paulus, 1989.
- _____. **Para uma ética da libertação latino-americana**. São Paulo: Loyola, 1977.
- GONÇALVES, Alcindo. **Desenvolvimento econômico da baixada santista**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2006.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Assistência ao litoral de Anchieta e a experiência de educação de líderes femininas (1939-1942). In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação Rural**. Brasília: Líber Livro, 2010.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- ROLIM, Liz C. **Semeadoras da Esperança** – “ALA: uma forma de educar”. São Paulo: Loyola, 1998.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. **Gênero em debate** – trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.
- VIEIRA, Maria do Pilar de A; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

Recebido em 21 de dezembro de 2010

Aprovado em 5 de abril de 2011